



Carta de Criação do Observatório da Economia da Sociobiodiversidade – ÓSocioBio

O Observatório da Economia da Sociobiodiversidade nasce da união de propósitos de organizações socioambientalistas da sociedade civil e movimentos sociais dos campos, das florestas e das águas para um alinhamento político e programático em torno do fortalecimento de políticas públicas dirigidas ao reconhecimento e fortalecimento das economias e iniciativas de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e agricultores familiares ligados ao agroextrativismo e à sociobiodiversidade. Trata-se de compartilhar experiências e práticas orientadas para a incidência política em temas-chave para as economias da sociobiodiversidade.

A incidência política e esses temas estão ligados ao reconhecimento das especificidades dessas populações e de suas cadeias de valor de produtos e serviços; à promoção dos modos de vida, dos conhecimentos e práticas de manejo da paisagem e às contribuições de territórios tradicionalmente ocupados para conservação da biodiversidade, mitigação e adaptação às mudanças climáticas e provisão de serviços ecossistêmicos.

Por meio do uso sustentável de seus territórios, e pela valorização de seus saberes, fazeres e vivências, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, e agricultores familiares são protagonistas de uma economia que ainda está por ser melhor mensurada e valorizada no cenário geral das políticas indutoras de mercados para produtos de origem do agroextrativismo.

Atualmente muito se promove a ideia de ganho de escala e produtividade para exploração e comoditização de produtos de origem florestal, a exemplo do açaí, dendê, castanha-da-amazônia, da borracha. Inúmeras iniciativas buscam aplicar os



modelos de negócios padronizados e identificados com a busca por crescimento exponencial, voltados para mercados e cadeias de produção globais, baseados no monocultivo e segregação, num contexto socioeconômico e ambiental marcado pela iniquidade no acesso a direitos e repleto de entraves regulatórios para os empreendimentos de base comunitária.

Os modos de vida e formas de manejo dos povos e comunidades tradicionais, por sua vez, conectam-se de forma positiva a um conjunto de mercados que valorizam atributos da sociobiodiversidade, mercados que buscam sistemas alimentares pautados pela alimentação saudável, adequada e sustentável. Promover esses mercados seja de forma específica, seja por mecanismos de inserção diferenciada, especialmente as compras públicas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), é uma estratégia fundamental na promoção das práticas tradicionais de manejo, na melhoria da qualidade de vida e bem viver das comunidades e na ampliação dos benefícios ecossistêmicos resultantes dessas práticas.

A economia da sociobiodiversidade, em contraste com a narrativa emergente da bioeconomia, tem como cerne a diversidade de seus povos, comunidades e territórios, a valorização dos conhecimentos tradicionais e da biodiversidade, o cuidado com o meio ambiente e os modos de vida. Também o protagonismo de mulheres e o estímulo ao engajamento da juventude distinguem a organização social que dá sustentação às cadeias da sociobiodiversidade e informam sobre o projeto de futuro que elas postulam: o de uma sociedade mais justa e democrática.

A qualificação das cadeias de produtos da sociobiodiversidade, com mais oportunidades de geração de renda, conciliadas à conservação dinâmica da biodiversidade, promove a manutenção de jovens em seus territórios e a preservação



de suas próprias culturas. No caso das mulheres, são destacadas as interrelações entre o território, a saúde de seus corpos e de suas comunidades. Sendo assim, a participação e protagonismo de mulheres, tanto quanto a de jovens, nos espaços de tomada de decisão são fundamentais para a formulação de políticas e estratégias de governança, planejamento e gestão dos territórios, do meio ambiente, da produção e dos conhecimentos tradicionais associados. Tais políticas e estratégias devem então garantir a permanência no território, a segurança alimentar, a saúde pessoal e comunitária desses sujeitos, a valorização dos seus modos de vida e de auto organização, ao lado da inclusão socioprodutiva e do estabelecimento de preços justos para os produtos da sociobiodiversidade.

Aspectos relevantes como reconhecimento dos direitos territoriais, ou mesmo tratamento isonômico no acesso a crédito e a assistência técnica, bem como uma política sanitária baseada na qualidade dos insumos e do produto final, afóra questões fiscais e tributárias, logísticas e organizacionais, constituem ainda obstáculos que clamam atenção e dificultam o desenvolvimento de todo o potencial da economia da sociobiodiversidade para a conservação ambiental, gestão territorial, promoção dos modos de vida, geração de renda, garantia da segurança alimentar e nutricional.

Povos e comunidades presentes em todos os biomas brasileiros, do Cerrado à Caatinga, do Pampa ao Pantanal, da Mata Atlântica à Amazônia, são fundamentais para a construção de soluções efetivas na relação entre economia, meio ambiente e sociedade. Ainda assim, tem sido pouca sua ressonância junto aos interlocutores governamentais no processo de formulação de políticas públicas para a promoção da sociobiodiversidade e seus potenciais socioeconômicos.

Integrar este componente humano e social às dinâmicas econômicas do uso sustentável dos componentes da biodiversidade e da natureza para o desenvolvimento



regional nos diversos biomas, bem como pensar soluções em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, move o conjunto de organizações da sociedade civil e movimentos sociais que endossam a criação do Observatório da Economia da Sociobiodiversidade, carinhosamente chamado de ÓSocioBio.

O objetivo comum desta iniciativa é identificar e responder de maneira coordenada e articulada à construção de políticas públicas e à incidência em projetos de lei, atuando com apoio a redes e coletivos que trabalham com o tema da economia da sociobiodiversidade, diálogos políticos e campanhas de comunicação a partir de evidências, alinhamentos conceituais e produção de conteúdo colaborativo.

Brasília, 1º de junho de 2022

ACT Promoção da Saúde

Associação Slow Food do Brasil

Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado

Conexsus – Instituto Conexões Sustentáveis

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas

FIAN – Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas

Greenpeace Brasil

Instituto IEPÉ

IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil

ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza

ISA – Instituto Socioambiental

MCM – Memorial Chico Mendes

Núcleo Gestor da Cadeia Produtiva do Pequi e outros frutos do Cerrado

OCA – Observatório Castanha-da-Amazônia

WWF - Brasil